

Pesquisa

Adoção do parlamentarismo divide os constituintes

Do Redação da Folha

A adoção do regime parlamentarista de governo, na nova Constituição brasileira, divide os constituintes. Segundo revela pesquisa realizada pelo DataFolha, 48% deles são favoráveis ao parlamentarismo, enquanto 41% defendem a manutenção do presidencialismo. A pesquisa mostra também acentuada divisão em relação a outros temas polêmicos, como a duração do mandato presidencial e o papel constitucional das Forças Armadas.



Pesquisa abrange 93% do Congresso

O DataFolha entrevistou, em Brasília, entre os dias 5 e 20 de fevereiro, 517 dos 559 constituintes (93% do Congresso constituinte). Veja quadro ao lado.

O plano científico utilizado pela Pesquisa Folha é de autoria de Reginaldo Prandi, docente do departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo. A formulação dos temas e a interpretação dos resultados são de responsabilidade da Redação. A pesquisa é uma realização do DataFolha, sob a direção do sociólogo Antonio Manuel Teixeira Mendes. A supervisão dos trabalhos de campo esteve a cargo de Rafi Boudjikian.

CONSTITUINTE ENTREVISTADOS			
Partidos	Bancada	Entrevistados	%
PMDB	306	282	92
PFL	131	121	92
PDS	37	36	9
PDT	26	25	96
PTB	19	19	100
PT	16	13	81
PL	7	6	86
PDC	6	5	83
PC do B	6	5	83
FCB	3	3	100
PSB	2	2	100
TOTAL	559	517	93

A maior parte dos constituintes (47%) é favorável a um mandato presidencial de quatro anos para os sucessores do presidente Sarney. Mas 39% querem cinco anos de mandato presidencial. Para o próprio Sarney, 28% dos parlamentares defendem um mandato de quatro anos, mas a maior parte (39%) prefere que o atual presidente cumpra o mandato de seis anos para o qual foi eleito pelo Colégio Eleitoral.

Quanto ao papel reservado às Forças Armadas, exatamente a metade dos entrevistados defendeu a sua manutenção na defesa da ordem interna, enquanto 44% querem os militares cuidando apenas da defesa externa do país.

Isto indica que estes itens serão decididos sempre por maiorias apertadas.

Maiorias

Alguns temas, entretanto, apresentaram a maioria absoluta dos entrevistados em uma posição. De acordo com essa maioria, o voto seria distrital (62%) e obrigatório (53%), o bicameralismo (Câmara e Senado) seria mantido (67%) e a nova Constituição seria sucinta (54%).

essas maiorias se mantiverem, algumas mudanças importantes para o cotidiano dos cidadãos poderão ser aprovadas, como o fim do serviço militar obrigatório e a maioria civil aos 18 anos.

Maiorias surpreendentes foram constatadas contra a pena de morte (78%), a favor do ensino superior gratuito (72%) e do direito de voto para soldados, cabos e marinheiros (86%).

Veja abaixo e na página A-8 os números da pesquisa do DataFolha, item por item.



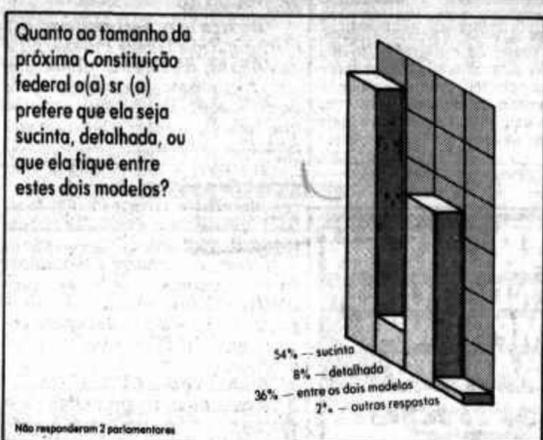
CENTRO-ESQUERDA

Considerando o espectro político (da extrema-direita à extrema-esquerda), a maioria dos parlamentares diz ser de centro-esquerda (40%) e centro (36%). Dentro os congressistas, 4% diz ser de direita, 5% de centro-direita, 13% de esquerda e 1% de extrema-esquerda.



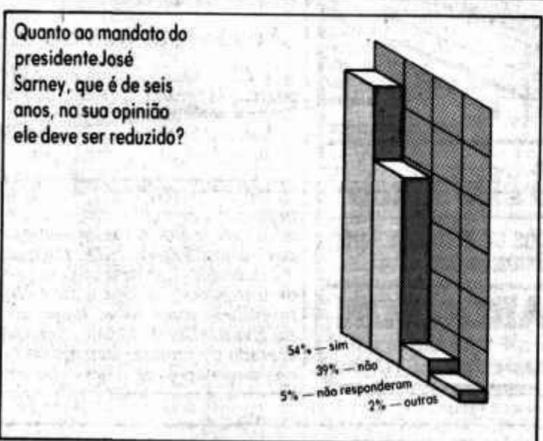
REDAÇÃO SUCINTA

O texto da Carta a ser aprovada pelo Congresso constituinte deve ser sucinto, na opinião de 54% dos parlamentares. Apenas 8% preferem que este texto seja detalhado, e 36% defendem uma solução intermediária entre as duas propostas.



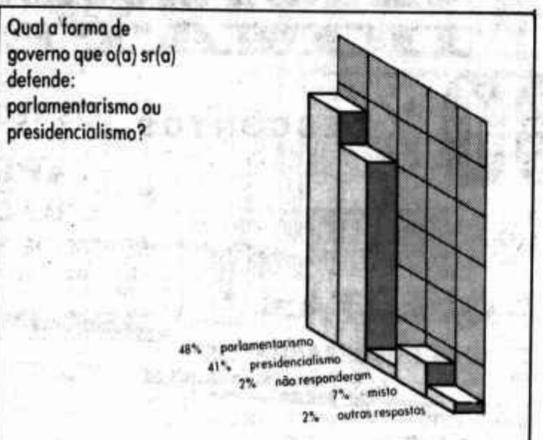
REDUÇÃO DO MANDATO

A maioria dos parlamentares (54%) declara-se favorável à redução do mandato do presidente Sarney, contra 39% de defensores do mandato fixado pela atual Constituição, que é de seis anos. Entre os defensores da redução do mandato estão 58% da bancada do PMDB e 100% da bancada do PT. Ainda entre os partidários da redução, 29% defendem mandato de cinco anos, 53% preferem quatro anos, e 10% defendem três anos. A bancada do PFL é majoritariamente contra a redução do mandato (69%).



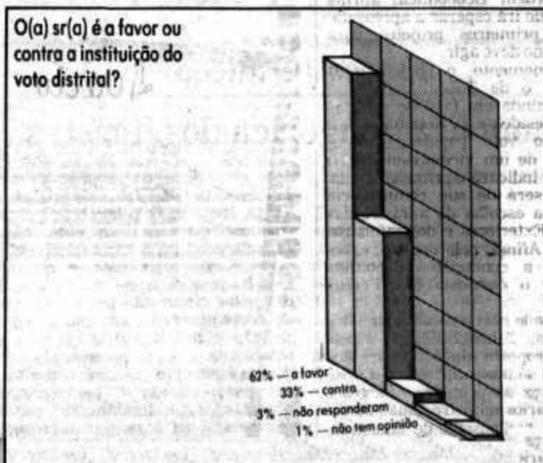
PARLAMENTARISMO

Se depender do posicionamento individual dos parlamentares, a nova Carta deverá substituir o presidencialismo pelo parlamentarismo: 48% dos constituintes são favoráveis a essa mudança, contra 41% de defensores do atual regime de governo. A bancada do PMDB defende majoritariamente o parlamentarismo (54%) e a do PFL está dividida (46% pelo parlamentarismo e 47% pelo presidencialismo). A bancada do PDT é majoritariamente favorável ao presidencialismo (84%).



VOTO DISTRITAL

O voto distrital poderá ser uma das novidades da nova Constituição: 62% dos constituintes são favoráveis à sua instituição, contra 33% contrários a ela. Entre os favoráveis, estão 68% dos peemedebistas. A menor taxa de parlamentares favoráveis está na bancada do PTB, onde 40% defendem o voto distrital e 48% são contrários a ele.



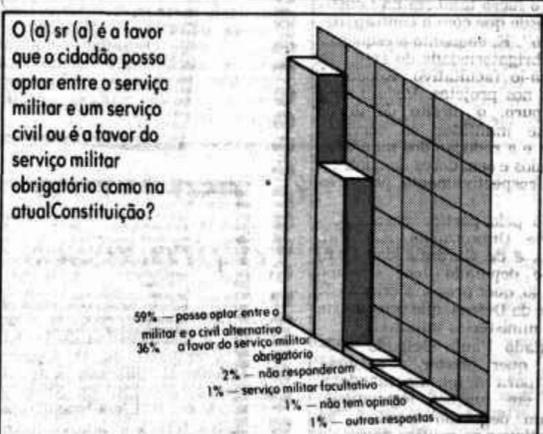
OBRIGATORIEDADE DO VOTO

A obrigatoriedade do voto, como prevê a atual Constituição, divide os constituintes: 53% deles são favoráveis à manutenção de sua obrigatoriedade, contra 46% que defendem o voto facultativo. A maioria dos peemedebistas (63%) defende o voto obrigatório; a maioria dos pefelistas (62%) defende o voto facultativo.



SERVIÇO CIVIL

A maioria dos constituintes é favorável a mudanças no serviço militar: 59% defendem que o cidadão possa optar entre prestar o serviço militar (atualmente obrigatório) e alguma forma de serviço civil; 36% defendem a manutenção da obrigatoriedade e apenas 1% são favoráveis a que o serviço militar seja facultativo.



FORÇAS ARMADAS

Os constituintes dividem-se quanto ao papel das Forças Armadas: 50% deles são favoráveis a que atuem tanto na defesa externa quanto interna, como prevê a atual Constituição, e 44% defendem a restrição desse papel à defesa externa. No PMDB, 40% dos parlamentares defendem a atuação interna e externa das Forças Armadas. No PFL, esse número chega a 77%. Para 100% dos petistas e 80% dos pedetistas, as Forças Armadas devem ter seu papel restrito à defesa externa.

